

REUNIÃO PROTOCOLAR COM PRESIDENTE DA CGT ELETROSUL

Os sindicatos que compõem a Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário da base CGT Eletrosul (Sindecon-SC, Senge-SC, Sintec-SC, Saesc e Sincópolis-SC), estiveram reunidos no Gabinete da Presidência da Eletrosul na manhã do dia 18/06/2020, com o Presidente Antonio Carlos Nascimento Krieger e o Chefe de Gabinete da Presidência Heber Costa, onde entre outros assuntos de agenda tratados, foi subscrito pela CGT Eletrosul e as entidades sindicais que compõem esta Intersindical o Termo do Banco de Horas 2021/2022.



BANCO DE HORAS: LINHA DO TEMPO

REGISTROS NECESSÁRIOS E IMPERIOSAS AVALIAÇÕES.

Conforme exposto em assembleia realizada por esta Intersindical em trinta e um de março do corrente ano, o tema Banco de Horas desde sempre recebeu especial atenção. A notória evolução das regras em seus termos, culminando com a continuação da proposta de quitação 25% em pecúnia e na ratificação da "não prescrição" do saldo temporal de cada representado, confirma a tese de que a manutenção de direitos só ocorrerá através de avaliações profundas e multidisciplinares.

Daqui para a frente, as experiências em torno dos vários debates ocorridos junto à Assessoria de Relações Trabalhistas culminaram em agenda proativa junto a Presidência da CGT Eletrosul, momento que ratificou a tese de que a atividade de representação de categorias profissionais, de um modo geral, deve rever sua postura, seu conceito de "pró-atividade" e por derradeiro, aceitar que a postura ideológica não possui mais espaço em quaisquer ambientes de negociação empresarial.

Após exaustivo debate etapa vencido pelo bom senso, na data da última sexta-feira formalizamos o Banco de Horas com a Empresa através de Termo Aditivo ao ACT 2021/2022.

PLR 2020

Destacamos que a Eletrobrás até o momento não se manifestou sobre o pagamento da PLR 2020, o que tem indignado sobremaneira os empregados, que sabem da boa performance de sua situação econômica/financeira, que certamente poderia absorver com tranquilidade o pagamento da PLR aos empregados do Sistema Eletrobrás. Rumores dão conta que poderá ser paga em breve – vamos aguardar manifestação oficial da Holding.

PRIVATIZAR A ELETROBRAS É ERRO ESTRATÉGICO

O Senado aprovou nesta última quinta-feira 17/06/2021 a Medida Provisória Nº 1031/2021 da privatização da Eletrobrás, por 42 votos a favor e 37 contras.

Sabe-se que o relator senador Marcos Rogério se multiplicou em apresentar precocemente três versões do relatório em menos de 24 horas, com diversas mudanças, para conseguir os votos e aprovar a proposta e incluir os "jabutis" para agradar os cartórios eleitorais dos senhores senadores – lamentável....

Segundo o relator, os empregados da holding poderão ir para outras estatais, esse relatório aprovado prevê que os empregados da Eletrobrás poderão ser realocados a outras estatais. A ideia é que esses empregados sejam aproveitados em cargos de mesma complexidade e salários similares. A realocação poderá ser feita até 12 meses após a operação de capitalização.

Por último, informamos que esse texto deverá voltar à Câmara dos Deputados. Ele precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional até 22 de junho, ou perde a sua validade – ficamos na expectativa que a maioria dos Deputados Federais votem nesta segunda-feira contra esse absurdo da entrega desse patrimônio público dos brasileiros para os estrangeiros.

DA PRIVATARIA DE ONTEM ÀS NEGOCIATAS DE HOJE

Agindo no sentido inverso do que prometeu, o presidente Bolsonaro, seus cabos eleitorais da CGT Eletrosul, tentam colocar a Eletrobrás sob os riscos que ele mesmo classificou como nefastos. O discurso era que não privatizaria a Eletrobrás, uma vez que haveria grandes chances de uma estatal chinesa abocanhar aquilo que ele considerava estratégico, ou seja, a Eletrobrás... interessante foi a troca de opinião, ou talvez a lavagem cerebral de quem comanda o governo, e que está compromissado com grupos de apoio de campanha... sim falamos do atual ocupante da pasta do Ministério da Economia.

Sabemos que a rotina dos governos sempre foi irresponsável, a utilizarem a Eletrobrás para desenvolver campanhas eleitorais, cabe puxar pela memória da vergonhosa MP 579 de um povo que se dizia defensor das estatais, mas a prática de furar a jugular, simplesmente continua...

Mas claro, a antiga prática política do "molha a mão" perdurou para um governo que se dizia diferente, cortou recursos de várias áreas importantes para o País, incluindo-se a educação. Os jornais de circulação afirmam que este mesmo governo estruturou um colchão orçamentário de 3 bilhões de reais para garantir o apoio do congresso nacional e assim, garantir os compromissos do ocupante da pasta do ministério da economia com seus aliados. Ao invés de apropriar recursos na educação básica, o governo resolveu proceder na multiplicação das verbas parlamentares, que os deputados federais enviam às suas bases eleitorais. Tudo fluiria por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Regional e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba). O objetivo citado seria a revitalização

da bacia destes rios pela aquisição de tratores, retroescavadeiras e equipamentos agrícolas superfaturados em 260%, números dos mesmos jornais que publicaram a matéria. Dentre os agraciados, foram citados o atual presidente da câmara dos deputados, sendo informado pela mídia um quantitativo de 37 deputados federais e 5 senadores agraciados. Segundo consta, a distribuição dos valores seguiu de forma não equânime, sendo agraciados, com valores substanciais, àqueles deputados que apoiaram o governo federal.

O interessante, segundo a notícia, não seria o Ministério de Desenvolvimento Regional quem determinaria a forma com que estes recursos seriam utilizados, mas sim os próprios deputados que determinariam o uso dos 3 bilhões de reais, chamado de “orçamento secreto” pela mídia. A comprovação de que a negociata é mais importante que os impactos no País com as privatizações da Eletrobrás foi a ausência do relator em duas audiências públicas para tratar da privatização da Eletrobrás.

Felizes estão os futuros donos dos ativos da Eletrobrás, pois para que a negociata vire presente de papai Noel antecipado, os 45 bilhões que a Eletrobrás deveria receber de indenizações do governo, não mais irão para o que sobrar da estrutura da Estatal e sim para a empresa privada que irá abocanhar os ativos da Eletrobrás.

Assim imaginamos que a autoria do livro “Privataria Tucana”, teria no cenário do mesmo fisiologismo político do passado, um rico conteúdo para a criação de no mínimo mais um livro, pois os próximos episódios parecem cheirar muito mal...

Daqueles que evocavam uma nova política, provavelmente levarão o tédio e a rotina àqueles que escrevem os best sellers da política brasileira.

A história se repete... em um momento de cenário grave dos reservatórios de nossas hidroelétricas, aparece um novo FHC, agora dirigindo moto, evocando a Bandeira do Brasil e provavelmente, entregando a Eletrobrás aos braços dos combatidos chineses.

***Vergonhoso e enfadonho cenário de barganha,
perante a um tema sério e complexo!!!!***

**INTERSINDICAL NA REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS SUAS CATEGORIAS
E NA DEFESA DE TODOS OS EMPREGADOS DA ELETROBRAS / CGT ELETROSUL**

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SAESC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS/SC